

INCENTIVOS INJETAM R\$ 13 BILHÕES NA ECONOMIA



ABONO SALARIAL E RENDIMENTOS DO PIS CRESCEM EM RELAÇÃO AO ANO PASSADO. O COMÉRCIO AGRADECE

O Ministério do Trabalho e Emprego divulgou o calendário 2013/2014 para pagamento do abono salarial e rendimentos do Programa de Integração Social (PIS). O valor é correspondente a um salário mínimo, atualmente no valor de R\$ 678. A Caixa Econômica Federal (CEF) informa que os valores dos rendimentos variam conforme o saldo existente na conta PIS vinculada ao trabalhador.

Nada menos do que 19,4 milhões de trabalhadores têm direito ao abono salarial,

o que pode injetar mais de R\$ 13 bilhões na economia brasileira. Os rendimentos do PIS podem ser pagos a 26,5 milhões de pessoas.

O Abono Salarial é estendido a todos os empregados inscritos no PIS há pelo menos cinco anos, que trabalharam com vínculo empregatício por pelo menos 30 dias no ano anterior ao exercício e que receberam, em média, até dois salários mínimos (R\$ 1.356). Tem direito aos rendimentos do PIS o profissional cadastrado no programa até 04/10/1988 e que tenha saldo na conta.

No exercício passado, 2012/2013, dos empregados com direito ao abono salarial, 95,8% efetuaram o saque do benefício, num total de R\$ 10,8 bilhões em abonos retirados. Já os rendimentos do PIS foram sacados por mais de 13 milhões de trabalhadores, num total de R\$ 612 milhões.

Para saber se tem direito ao abono salarial ou aos rendimentos do PIS, o empregado pode consultar a página da CAIXA na internet: www.caixa.gov.br/pis e/ou pelo Canal de Atendimento ao Cidadão: 0800-726-0207. [&]

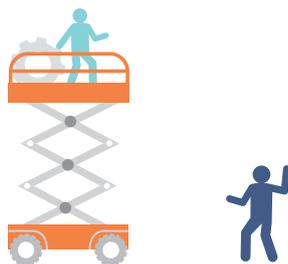
pág. 02 FINANÇAS

Para evitar inadimplência, brasileiro planeja consumo



pág. 03 INVESTIMENTOS

Governo quer concentrar esforços na infraestrutura



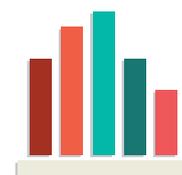
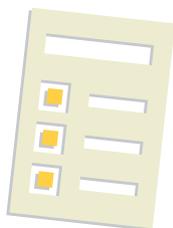
pág. 04 FINANÇAS

Com a Selic na casa dos 10%, renda fixa é a melhor opção



FINANÇAS PESSOAIS DOS CONSUMIDORES

MENOS AFOITO NOS FINANCIAMENTOS DO QUE EM RELAÇÃO A ANOS ANTERIORES, O BRASILEIRO COMEÇA A PLANEJAR SEU CONSUMO



Nos últimos anos, o crédito tem sido a mola propulsora do consumo, com sua prática sustentada pelos níveis favoráveis de emprego e renda. Assim, milhões de pessoas vêm se utilizando do crédito para antecipar uma compra futura.

O consumidor já foi menos precavido, verdade seja dita. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela FecomercioSP, apresentou altos percentuais de endividamento e inadimplência no passado recente. No primeiro semestre de 2004, por exemplo, contabilizou taxas altíssimas: 72% das famílias possuíam dívidas e a inadimplência alcançou 31%.

Após amargar índices tão elevados, o consumidor passou a se controlar um pouco mais. O último mês de julho apresentou endividamento de 57% e uma inadimplência de 18,7%.

Não custa lembrar que a inadimplência é preocupante, pois, além de ser prejudicial ao consumidor, dificulta o bom andamento da economia em geral. É fundamental que o consumidor procure sempre manter o controle de suas finanças pessoais, em especial dos gastos do cartão de crédito, para evitar inadimplência futura.

A proximidade do Natal convida o consumidor a realizar seu planejamento financeiro

ro a fim de que não inicie o próximo ano no vermelho. Para tanto, alguns pontos importantes devem ser considerados:

- **Identificação das dívidas:** levante todas as suas dívidas e coloque no papel ou na planilha eletrônica;

- **Estabeleça prioridades de pagamento para dívidas já contraídas:** separe quais despesas devem ser pagas ou renegociadas. Dê preferência às dívidas essenciais cuja suspensão de pagamento possa gerar penalidades, como aluguel, parcela do veículo, luz, água, telefone, entre outras;

- **Identifique as compras:** se o volume de dívidas for muito grande, verifique quais delas podem ser adiadas e pagas quando outras já estiverem amortizadas;

- **Dinheiro aplicado:** se tiver alguma quantia aplicada, resgate-a para pagar as dívidas, uma vez que os juros cobrados são maiores do que o retorno das aplicações;

- **Valor mensal para pagamento:** identifique qual valor mensal pode ser reservado para a quitação dos financiamentos e analise sua capacidade de pagamento para propor acordo aos seus credores;

- **Dívidas mais caras:** o ideal é quitá-las com recursos extras que deverão entrar, tais como restituições do IR e férias. Se possível,

procure se livrar dos compromissos com juros elevados que podem consumir seu orçamento;

- **Renda mensal:** caso esteja muito comprometida, procure para os novos financiamentos, condições de pagamento alongadas;

- **Financiamento:** se viável, contrate um financiamento com taxas reduzidas para liquidar as pendências mais caras. Faça apenas um, pois do contrário ficará com vários em aberto. Somente tome crédito se for realmente necessário;

- **Condições dos financiamentos:** identifique sempre as melhores condições e compare taxas e prazos;

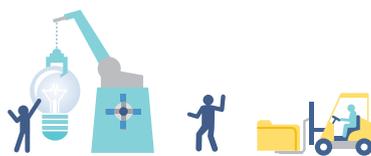
- **Casos extremos:** avalie se algum bem da família pode ser vendido para quitar as pendências mais altas;

- **Faça suas contas:** mensalmente, considere todos os compromissos assumidos, projetando novas parcelas a serem contratadas por financiamento;

- **Cheque especial:** use-o com parcimônia. Os juros são mais caros do que as linhas de empréstimo pessoal. Contudo, evite ficar sem, pois o cheque ainda pode ser uma alternativa de financiamento em caso de urgência.

Essas são algumas recomendações importantes que podem auxiliar o consumidor a ter maior controle de suas dívidas. [E]

A RETÓRICA E A PRÁTICA



GOVERNO ANUNCIA ATENÇÃO ESPECIAL AOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E ÀS PARCERIAS COM O SETOR PRIVADO, MAS NÃO VIABILIZA GRANDES PROJETOS

Passado o prolongado período em que o governo federal concentrou esforços no consumo visando expansão do PIB, os investimentos tornaram-se merecedores de atenção da política econômica. A ênfase dada à nova prioridade, sobretudo em infraestrutura, criou novo alento e abriu novas perspectivas aos agentes privados.

Ações na direção dos investimentos sugerem maior atividade do governo, principalmente nos programas de concessão de ferrovias, rodovias, portos, aeroportos,

energia elétrica etc.; além de demonstrar uma anunciada disposição em contar com o capital privado na viabilização desses grandes projetos.

Na prática, porém, faltam condições básicas para que o investidor avance com confiança e vislumbre o retorno de capital. Outros fatores comprometem o discurso oficial. Recente levantamento do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV) mostra que o investimento dos ministérios relacionado à infraestrutura sofreu redução real

de 10,2% no primeiro semestre de 2013, em comparação com o mesmo período de 2012.

Apesar dos frequentes clamores oficiais, não são absurdas as hipóteses de o governo não estar tão convencido da importância do setor privado nos programas de concessão e de sobrar motivos para o empresário manter-se na defensiva, relutando em investir em projetos sem a transparência e o pleno conhecimento das regras do jogo.

Parece grande a distância entre retórica e prática. Entre risco e aventura, também. [8]

TUTU



MAIS DO QUE PENSAR, FAZER.

Inovar é um desafio que poucos encaram. Afinal, estamos falando de pensar, criar e, efetivamente, realizar. Se você já passou por tudo isso e tirou sua ideia sustentável inédita do papel, não perca tempo. Inscreva-se no 4º Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade.

Inscrições e mais informações: www.fecomercio.com.br/sustentabilidade

CADA R\$ 1 MILHÃO RENDE R\$ 2 MIL POR MÊS

O RENDIMENTO DA RENDA FIXA (DESCONTADA A INFLAÇÃO) MANTÉM-SE CONSIDERÁVEL ATÉ MESMO QUANDO COMPARADO ÀS APLICAÇÕES DISPONÍVEIS NO MUNDO

Com a Selic de volta à casa dos 10%, a aplicação óbvia volta a ser a de renda fixa, como já alertava as edições anteriores. Não é por outro motivo que ela e a poupança são as preferidas. Quase 90% dos aplicadores atêm-se às duas modalidades. Após a mudança de regras da poupança, houve uma evidente migração para renda fixa, mas de uma forma ou de outra, a aposta manteve-se conservadora. Como é possível observar no quadro abaixo, a preferência dos investidores não mudou muito ao longo do tempo. E quando houve alteração, foi apenas uma troca de posição entre as aplicações em carteira de poupança e em renda fixa.

Dentre os vários motivos para o cenário ter permanecido inalterado destacam-se: conservadorismo dos brasileiros (o histórico de calotes, de medidas radicais e unilaterais, de confiscos e de problemas financeiros no País não é pequeno); o elevado risco e o baixo retorno da Bolsa no passado recente; e, claro, os enormes ganhos obtidos pela renda fixa. Nos dois últimos anos, no entanto, o fundo registrou desempenho bem abaixo de seu histórico – basicamente empatou com a inflação. No mesmo período, por inúmeros motivos, as aplicações em Bolsa de Valores não conseguiram seduzir o brasileiro médio. A conclusão é simples: se nem mesmo na fase de baixos rendimentos de CDBs e de CDIs a



Bolsa conseguiu cativar e atrair novos aplicadores, daqui para frente a busca por novos investidores enfrentará grandes dificuldades.

Os investidores rentistas tradicionais não parecem tão desapontados com a alta da Selic como o setor produtivo está, uma vez que após muito tempo empatando com a inflação, a tendência de ganhos reais sem risco está de volta. Nada parecido com o fim da década de 1990 e o início dos anos 2000, mas muito melhor do que em 2011 e em 2012.

Em vários momentos ao longo do fim do período de ouro era possível obter rendimentos em torno de 1% ao mês, descontando a inflação. Na pior das hipóteses, o ganho atingia 0,5% ao mês, acima da inflação. Assim, cada R\$ 1 milhão aplicado rendia R\$ 5 mil reais ao mês – fato extremamente positivo para os rentistas.

A situação atual é muito diferente. Hoje, o aplicador do mesmo R\$ 1 milhão consegue algo próximo a R\$ 2 mil mensais acima da inflação. Embora o resultado seja menos da metade do que o registrado no passado recente, o rendimento da renda fixa mantém-se considerável, inclusive, quando comparado às aplicações que existem no mundo e igualmente positivo em comparação com as opções mais arriscadas e com os resultados do próprio fundo, nos últimos dois anos.

Enquanto a Selic estiver na borda dos dois dígitos e apresentar leve tendência de alta, não haverá muito a ser discutido. A renda fixa volta a interessar, ainda que existam outras possibilidades de ganhos maiores, até porque elas certamente embutem um componente de risco e uma incerteza muito maiores do que o que os brasileiros estão acostumados a lidar. [E]

QUAL A APLICAÇÃO DOS POUPADORES?	JUN/12 (%)	JUL/12 (%)	AGO/12 (%)	SET/12 (%)	OUT/12 (%)	NOV/12 (%)	DEZ/12 (%)	JAN/13 (%)	FEV/13 (%)	MAR/13 (%)	ABR/13 (%)	MAI/13 (%)	JUN/13 (%)	JUL/13 (%)	AGO/13 (%)	MÉDIA (%)
Poupança	81,1	84,1	82,5	75,2	74,0	75,5	75,5	72,1	76,0	76,6	74,7	72,7	72,9	73,9	75,7	76,2
Ações	3,3	2,0	3,4	1,7	1,5	0,7	2,0	1,8	2,5	1,7	3,1	4,2	2,2	1,5	1,7	2,2
Renda fixa	8,0	8,8	7,5	16,5	17,6	14,6	15,2	16,6	13,6	13,4	12,8	11,8	13,8	16,3	14,4	13,4
Previdência privada	4,5	3,4	4,3	4,2	5,1	6,7	5,0	5,6	4,4	5,1	5,8	7,8	5,4	4,6	4,2	5,1
Outras – NS/NR	3,1	1,6	2,4	2,4	1,8	2,6	2,4	3,9	3,6	3,3	3,6	3,5	5,7	3,6	4,0	3,2